

ATA DA 7ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 04 de julho de 2005

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e cinco, às
2 nove horas, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do
3 Ministério Público do Estado do Ceará - PGJ, reuniram-se
4 para participarem da 7ª Reunião Ordinária do Conselho
5 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos -
6 CEG/FDID, sob a Presidência do Dr. Anastácio Jorge Matos de
7 Sousa Marinho, Conselheiro da **PGE** e Vice-Presidente do
8 CEG/FDID, em razão de ausência justificada da Procuradora-
9 Geral de Justiça, Presidente do Conselho Estadual Gestor do
10 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, na presença das
11 Conselheiras e Conselheiros: Márcia Maria Ximenes Mendes,
12 representando o Secretário da Ouvidoria-Geral e Meio
13 Ambiente - **SOMA**; Rimena Alves Praciano, representando a
14 Secretária da Cultura - **SECULT**; Anete Morel Souza Gonzaga,
15 representando o Secretário do Turismo - **SETUR**; José Galba
16 de Menezes Gomes, representando o Secretário da Saúde -
17 **SESA**; Deputado Francisco José Caminha Almeida,
18 representando o Presidente da Assembléia Legislativa - **AL**;
19 Maria José Marinho da Fonseca, membro do Ministério
20 Público, suplente da titular da 2ª Promotoria do Meio
21 Ambiente e Planejamento Urbano - **PMJA**; Liana Maria Machado
22 de Souza, representando o Secretário da Fazenda - **SEFAZ**;
23 Sheila Cavalcante Pitombeira, Coordenadora do Centro de
24 Apoio Operacional da Proteção à Ecologia, Meio Ambiente,
25 Paisagismo, Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural -
26 **CAOMACE**; Não compareceram: o representante da Secretaria-
27 Executiva do Programa Estadual de Proteção e Defesa do
28 Consumidor - **DECON**; o representante da Secretaria da
29 Ciência e Tecnologia - **SECITECE**, e as 03 (três) ONG's.
30 Justificou ausência a Procuradora-Geral de Justiça. **Dr.**
31 **Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho - PGE**, Vice-
32 Presidente iniciou a reunião: Bom dia. Gostaria de dar boas
33 vindas ao novo Conselheiro representante da Assembléia
34 Legislativa, Deputado Francisco Caminha. É com satisfação
35 que o temos, aqui, junto conosco. Para iniciar os
36 trabalhos, vamos à aprovação da Ata da 1ª Reunião
37 Extraordinária. Ela foi passada por e-mail para todos os
38 Conselheiros. Alguém tem alguma consideração a fazer?
39 (pausa) Então declaro aprovada a Ata. Segundo ponto da
40 ordem do dia é o exame da documentação das ONG's para
41 compor o Conselho Estadual Gestor do Fundo dos Direitos
42 Difusos. A Ivonete podia dizer se alguma ONG compareceu e
43 entregou os documentos? **Ivonete Albuquerque (Secretaria-**

44 **Executiva do CEG/FDID):** Desistiram a Associação de Parentes
45 e Amigos Vítimas de Violência - APAVV e a Associação dos
46 Filhos e Amigos de Quixadá - APAQ. Ficou só o Instituto
47 Brasileiro de Ecologia e Meio Ambiente - IBEMA, mas esse
48 também não trouxe a documentação completa. **Dr. Anastácio**
49 **Marinho (PGE):** Ficou faltando o quê? **Ivonete Albuquerque**
50 **(Secretaria-Executiva do CEG/FDID):** Algumas certidões e o
51 balanço do ano de 2002. **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** Ela já
52 estava criada em 2002? Ele não tem o balanço e nem vai
53 fazer? **Ivonete Albuquerque (Secretaria-Executiva do**
54 **CEG/FDID):** Sim. Começou a funcionar em janeiro de 2002. **Dr.**
55 **Anastácio Marinho (PGE):** Eu sugeriria que a gente abrisse
56 um prazo de 10 (dez) dias e pedisse que ele encaminhasse
57 essa documentação que está faltando, numa última tentativa.
58 Vamos votar de uma por uma, já que ninguém consegue que
59 venham várias. Então, eu faria essa sugestão e colocaria
60 para a deliberação do Conselho. **Dra. Sheila Pitombeira**
61 **(CAOMACE):** Deixava em diligência para ele suprir,
62 apresentando a documentação. **Dr. Anastácio Marinho (PGE):**
63 Sugiro isso. Coloco em votação. Fixar um prazo para que ele
64 compareça e entregue os documentos que estão faltando.
65 Prazo de 10 (dez) dias. **Dra. Márcia Ximenes (SOMA):**
66 Concordo com o prazo de 10 (dez) dias. O importante é que
67 participe pelo menos uma ONG ou duas, mas que participe.
68 **Dra. Rimena Souza (SECULT):** Concordo. **Dra. Anete Morel**
69 **(SETUR):** Concordo também. **Dr. Galba Gomes (SESA):**
70 Regimentalmente teria um número mínimo, seria obrigatória a
71 participação de ONG? **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** Existe.
72 **Dr. Galba Gomes (SESA):** Até quantas podem participar? **Dr.**
73 **Anastácio Marinho (PGE):** 3 (três). **Dr. Galba Gomes (SESA):**
74 No máximo 3 (três). Bom, eu acho que é fundamental a
75 participação, não só de uma. Era melhor que fossem três
76 ONG's, até porque um dos móveis principais desse fórum é a
77 participação deles. E eu concordo com o Dr. Anastácio, no
78 sentido de estabelecer um prazo, e um prazo não tão
79 elástico, mas um prazo que desse tempo para ser viabilizada
80 a participação dessas instituições. **Dr. Anastácio Marinho**
81 **(PGE):** Nós estamos fixando 10 (dez) dias, porque na verdade
82 nós já baixamos dois Editais de Convocação. Na verdade,
83 esse processo já demanda mais de seis meses. No primeiro
84 Edital vieram três ONG's que não apresentaram a
85 documentação completa. Nós fixamos um novo processo,
86 baixamos um novo Edital e, esses Editais têm prazos de

87 trinta, sessenta dias. Então, na verdade esses 10 (dez)
88 dias é para essa ONG que compareceu e não entregou a
89 documentação toda. Para que ela venha complementar. **Dr.**
90 **Galba Gomes (SESA):** Então Dr. Anastácio é especificamente
91 para esse caso. E se uma outra quiser participar? **Dr.**
92 **Anastácio Marinho (PGE):** Então nós temos que abrir um novo
93 Edital... **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Eu acho que
94 poderíamos fazer da seguinte forma: receberíamos esse
95 pedido de inscrição, baixando em diligência, na sugestão do
96 Dr. Anastácio, estabelecendo um prazo de 10 (dez) dias para
97 que essa entidade apresente a comprovação da documentação
98 restante e findo este prazo dos 10 (dez) dias, aí então nós
99 deliberaríamos para abertura de um prazo para outras
100 entidades. **Dr. Galba Gomes (SESA):** Boa saída. Ótimo.
101 **Deputado Francisco Caminha (AL):** Só para eu me situar.
102 Estou de posse do Edital publicado no dia 03 de junho e
103 trata da seleção de projetos para utilização dos recursos
104 do FDID. O prazo de apresentação dos projetos é de 1º de
105 junho a 30 de agosto. A minha pergunta é se esse Edital
106 está valendo. Se o prazo está decorrendo. **Dr. Anastácio**
107 **Marinho (PGE):** Está valendo. **Deputado Francisco Caminha**
108 **(AL):** E o caso aí, está entidade é a primeira a apresentar
109 projetos? **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** Na verdade, essa
110 entidade é para compor o Conselho. **Deputado Francisco**
111 **Caminha (AL):** Ah, é para compor o Conselho. É porque são
112 três entidades. Só para eu entender o processo. Elas se
113 apresentam e são selecionadas? **Dr. Anastácio Marinho (PGE):**
114 Isso. Se vierem só três, provavelmente essas três seriam
115 acolhidas. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** A forma é
116 sorteio. **Deputado Caminha (AL):** A forma é sorteio. Já estou
117 situado. Obrigado. Eu concordo com o prazo. **Dra. Liana**
118 **Sousa (SEFAZ):** Só uma dúvida. O prazo do Edital continua
119 fluindo, não é? **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Como se
120 diz no popular: Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra
121 coisa. **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** São duas coisas
122 diferentes. **Deputado Francisco Caminha (AL):** São duas
123 coisas diferentes. Por um lapso eu fiz a interseção das
124 duas coisas. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** A grande
125 dificuldade que nós estamos encontrando na seleção dessas
126 entidades tem sido, exatamente, a prestação de contas dos
127 seus exercícios fiscais, financeiros. Porque é um dos
128 requisitos que efetivamente nós não podemos relaxar,
129 franquiar. Então, essa tem sido a grande dificuldade.

130 Muitas delas existem formalmente, tem o ato de constituição
131 registrado, tudo perfeito, mas na hora da prestação de
132 contas dos balanços financeiros, eles não existem. E é um
133 cuidado que nós temos que ter exatamente com a apresentação
134 dessa documentação. **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** A SEFAZ
135 aceita o prazo de 10 (dez) dias? **Dra. Liana Souza (SEFAZ):**
136 Concorda. **Dra. Maria José Marinho (PJMA):** Concordo.
137 **Deputado Francisco Caminha (AL):** Concordo. **Dra. Sheila**
138 **Pitombeira (CAOMACE):** Concordo. **Dr. Anastácio Marinho**
139 **(PGE):** Então fica aprovado. Vamos conceder o prazo de 10
140 (dez) dias para notificá-lo, especificar os documentos que
141 estão faltando e, dar o prazo para ele. Depois desse prazo,
142 se ela for aprovado, ela entraria e abriríamos um Edital
143 para mais duas entidades. Terceiro ponto da nossa Pauta é a
144 Apresentação e Análise de Projeto de Reparcelamento e
145 Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará. Esse
146 projeto já é para fazer uso desses recursos que estão
147 disponíveis no Fundo. A Dra. Sheila apresenta o projeto?
148 **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Pode ser. Bom, na forma
149 do art. 2º, inciso IV da Lei Complementar Nº 46, de 15 de
150 julho de 2004, 20% (vinte por cento) do total da receita do
151 Fundo será destinado ao reparcelamento do Ministério
152 Público, órgãos de execução, órgão de assessoramento e
153 órgãos de apoio. Os órgãos de execução do Ministério
154 Público são as Promotorias de Justiça e as Procuradorias,
155 ou seja, são Promotores Judiciais ou Extrajudiciais, como
156 por exemplo: Promotores Judiciais: os diversos Promotores
157 do interior, os diversos Promotores das Varas Cíveis,
158 Sucessão, Infância e Juventude. Promotores especializados:
159 Promotores do Meio Ambiente, da Saúde Pública, Defesa do
160 Consumidor. Os Órgãos de apoio: são os Centros de Apoio que
161 subsidiam, que dão apoio, amparo a essa estrutura de
162 execução. Então, essa receita se destina a reparcelar essa
163 estrutura que vai viabilizar essa atuação, ou seja, a
164 execução quer fazer, a execução é aí na linha de frente.
165 Vou dar um exemplo ainda do Meio Ambiente. O Órgão de
166 Execução do Meio Ambiente a Promotoria, que no caso era a
167 minha titularidade anterior, que é você requisitar, propor
168 ação, cobrar documentos, ir na linha de frente. O Órgão de
169 apoio do Meio Ambiente, que é justo o que eu represento,
170 que sou a Coordenadora é o Centro de Apoio que vai dar
171 apoio a essa estrutura. Por exemplo: viabilizar pesquisa
172 documental, viabilizar órgãos que possam proporcionar uma

173 realização de perícia adequada sobre um dano ambiental que
174 o Promotor possa requisitar essa perícia, fazer pesquisa
175 jurisprudencial nos diferentes tribunais ou pesquisa
176 doutrinária junto aos diversos autores, para que o Promotor
177 possa ter material, instrumento que ele possa executar
178 adequadamente sua função. Naturalmente todas essas funções,
179 tanto de execução, quanto de apoio, elas exigem uma peça
180 fundamental hoje que é um instrumento de informática. Sem
181 ele hoje, a gente fica absolutamente deficiente e capenga.
182 E o nosso Projeto, do Ministério Público é para exatamente
183 captar receita correspondente aos 20%. E aí os senhores vão
184 ter o saldo do Fundo, nesse montante agora. É exatamente
185 nessa instrumentalização. É captarmos esses recursos, para
186 viabilizar a aquisição de equipamentos de informática:
187 computadores com as respectivas impressoras,
188 estabilizadores, o kit vamos dizer assim, que vai
189 viabilizar o funcionamento desse equipamento para que nós
190 possamos desenvolver melhor e adequadamente as nossas
191 funções de execução e de apoio ao Ministério Público. Pela
192 ordem do Regimento, na seqüência, não me lembro, acho que é
193 para passar para um relator. **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** É
194 exatamente. **Dr. Galba Gomes (SESA):** Onde ficarão instalados
195 esses equipamentos? **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** No
196 Projeto que estamos apresentando aqui, nós temos para as
197 Promotorias de Fortaleza e Interior. Então, como essas
198 peças de equipamentos de informática elas são muito
199 importantes e vulneráveis, porque você está com um
200 equipamento hoje bom, mas muitas vezes ele está
201 ultrapassado, porque fica lento na comunicação. Estamos
202 fazendo um levantamento com os equipamentos do interior que
203 estão lentos ou "à beira de um ataque de nervos" "de dar
204 pane", para fazer essa substituição. Até porque, no
205 interior a gente tem mais dificuldade na reposição das
206 peças do que em Fortaleza. Então, uma das idéias é deslocar
207 os equipamentos novos para as Promotorias do interior e
208 alguns equipamentos antigos do interior que eles sejam
209 deslocados para Fortaleza, ou então substituir por uns que
210 não tenham efetivamente condições de reparos e consertos.
211 **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** São 7 (sete) CPUS, 6 (seis)
212 monitores, 7 (sete) impressoras e 5 (cinco)
213 estabilizadores, isto com recursos do Fundo. E a
214 contrapartida do Ministério Público seria: 5 (cinco)
215 estabilizadores e 1 (um) monitor. O processo é bastante

216 simples, não estou vendo grande complexibilidade, a menos
217 que alguém queira ser relator e levar para analisar. Eu
218 acho que a gente já poderia verificá-lo aqui em termos de
219 valor e já economizar um mês na análise dele. **Dra. Sheila**
220 **Pitombeira (CAOMACE):** Outro esclarecimento: uma vez
221 aprovado o Projeto, a aquisição desses equipamentos será
222 dentro de um processo licitatório e, quando se der a
223 aquisição, será tombado ao Patrimônio do Ministério
224 Público, comunicado ao Tribunal de Contas do Estado da
225 aquisição, e a fonte de receita de onde proveio, o que não
226 vai ser da nossa receita, da nossa verba orçamentária
227 específica. E na prestação de contas, nós temos que fazer
228 exatamente como as demais. Dizer como se deu o processo de
229 aquisição, se já aconteceu o processo de tombamento, para
230 onde foram deslocados, como é que isto está registrado na
231 Instituição. Todos esses trâmites, nós não vamos nos
232 furtar. Nós nos apressamos em apresentar o projeto hoje,
233 porque nós estamos realizando um processo licitatório por
234 pregão eletrônico para aquisição de computadores. E ficaria
235 mais razoável se nós conseguíssemos comprar os equipamentos
236 que nós já estamos planejando com esses outros
237 equipamentos. Até porque acho que é uma questão de mercado,
238 de preços, você comprar um volume maior, tem uma barganha
239 nesse sentido. Por isso que nós nos apressamos. Nós estamos
240 com uma assessoria da Secretaria da Administração, com um
241 pregoeiro eletrônico aqui acompanhando, porque vamos
242 instaurar nesse processo, iniciar a aquisição de pregão
243 eletrônico. Então, como a gente não tinha prática, ouvimos
244 no Ministério Público acho que de Sergipe que eles já
245 realizam a aquisição de material permanente dessa
246 modalidade licitatória. Mas uma coisa é você ver lá, outra
247 coisa é você verificar na prática. Daí então, a Dra.
248 Iracema foi a Secretaria da Administração que, juntamente
249 com a Secretaria da Fazenda, tinha informações e estão
250 acompanhando passo a passo como será essa aquisição. E nos
251 antecipamos na apresentação desse projeto, justamente por
252 isso, porque seria bem oportuno que a compra dos nossos
253 equipamentos já acontecesse de uma forma conjunta. **Dr.**
254 **Anastácio Marinho (PGE):** Certo. Se os Conselheiros
255 concordarem, eu acho que nós já poderíamos votar sobre a
256 aprovação ou não do Projeto. SOMA, como se manifesta à
257 cerca do Projeto? **Dra. Márcia Ximenes (SOMA):** Aprovado.
258 **Dra. Rimena Alves (SECULT):** Aprovado. **Dra. Anete Morel**

259 **(SETUR)**: Aprovado. **Dr. Galba Gomes (SESA)**: Aprovado.
260 **Deputado Francisco Caminha (AL)**: Aprovado. **Dra. Maria José**
261 **Marinho (PMJA)**: Aprovado. **Dra. Liana Souza (SEFAZ)**:
262 Aprovado. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Aprovado. **Dr.**
263 **Anastácio Marinho (PGE)**: Aprovado. Então gostaria que a
264 Secretaria providenciasse os documentos necessários para a
265 liberação dos recursos na forma disponibilizada no nosso
266 Regimento. Bom, cumprido os três pontos da Pauta, a palavra
267 fica facultada aos Conselheiros. Inicialmente eu gostaria
268 de passar as mãos da Dra. Sheila os votos de congratulações
269 que o Conselho fez pela sua ascensão ao cargo de
270 Procuradora de Justiça. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**:
271 Obrigada. **Deputado Francisco Caminha (AL)**: Senhor
272 Presidente, estamos de posse aqui do demonstrativo
273 financeiro dos recursos do saldo da conta e de posse também
274 da Lei e, observo que são 17 incisos do art. 3º, que são os
275 itens que tratam da fonte dos recursos para compor o Fundo.
276 Eu queria lhe fazer uma pergunta ou a Dra. Sheila poderia
277 me responder. Como é que tem sido a arrecadação desses
278 recursos, já que são 17 fontes e o que tem de saldo é
279 insignificante para a tarefa que temos em relação ao meio
280 ambiente. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Posso responder
281 Presidente? **Dr. Anastácio Marinho (PGE)**: Pois não, Dra.
282 Sheila. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: A representação
283 mais expressiva dessa receita até hoje tem sido a
284 Promotoria do Meio Ambiente através das indenizações dos
285 passivos ambientais nos Termos de Ajustamento de Conduta.
286 Nós temos uma expectativa de receita mais significativa nas
287 ações civis públicas que tramitam em juízo, e também nas
288 multas que são aplicadas pelo DECON. Ocorre que o
289 recolhimento da multa do DECON, ele é um pouco lento,
290 porque uma vez aplicada, uma vez feito o auto de
291 constatação, lavrada a notificação e aplicada a multa,
292 efetivamente autuada, o infrator tem direito a um recurso
293 ao juízo administrativo do DECON. E essas avaliações elas
294 são um tanto quanto demoradas. Muitas vezes como já
295 aconteceram com as multas aplicadas a COELCE, que foram
296 largamente divulgadas pela imprensa, porque são multas com
297 valores acima de R\$ 500.000,00. Essas empresas, essas
298 entidades recorreram em juízo questionando que não haviam
299 infringido a nenhum dispositivo do Código do Consumidor e
300 que, portanto, aquela autuação ela não era cabível. Então
301 nós estamos assim com uma expectativa de receita nesse

302 sentido, mais efetivamente as coisas ainda não aconteceram.
303 Também tem o seguinte: A Lei que criou o Fundo ela é de
304 julho de 2004. Nós temos um ano de aniversário. Quer dizer,
305 estamos todos ainda montando essa estrutura e funcionando.
306 Por exemplo: no Interior, nós temos muitas ações civis
307 públicas já propostas e com encaminhamento de que a receita
308 venha, que a condenação venha para o Fundo. Mas o
309 julgamento ainda não aconteceu. E esses casos de
310 Ajustamento de Conduta na Promotoria do Meio ambiente, eles
311 não envolvem quantias muito significativas, porque quando
312 as multas, quando o passivo ambiental é de um porte
313 significativo, o infrator não concorda. Então ele vai
314 discutir em juízo, e é isso o que tem acontecido. Então são
315 os pequenos danos ambientais que o infrator, degradador se
316 antecipa nessa composição. Por exemplo: agora com o FORTAL
317 nós fizemos um Termo de Ajustamento de Conduta em juízo, e
318 um percentual da receita dos abadá e um percentual da
319 receita das arquibancadas serão destinadas ao Fundo. Eu até
320 cobrei deles, fiz uma reunião há uns 10 (dez) dias atrás
321 para saber como é que vai ser feita essa venda, porque tem
322 um recolhimento de ICMS também que eu quero acompanhar
323 para poder o Fundo não ficar logrado na captação dessa
324 receita. Eles até disseram que estão entrando num
325 entendimento com a Secretaria da Fazenda, para saber como é
326 que vai ser o controle, para daí a gente chegar junto a
327 Secretaria da Fazenda e também acompanharmos todo esse
328 processo. E a partir do ano vindouro, se o evento continuar
329 existindo, haverá uma participação do evento para o Fundo
330 também na receita sobre o ingresso. Porque são quatro
331 fontes de receitas: a arquibancada, o abadá, o camarote e o
332 ingresso. Então, esse ano o Fundo já capta uma receita
333 sobre o abadá, o camarote e a arquibancada. Não cobrará
334 sobre a receita do ingresso, porque havia um entendimento
335 desse ingresso ser sobre a forma de um alimento não
336 perecível para comunidades. No primeiro ano, no acordo, nós
337 não questionamos muito nesse sentido, porque o Município de
338 Fortaleza pediu porque havia uma demanda muito grande. Tudo
339 bem. E também sobre os equipamentos, sobre suvenires que
340 sejam vendidos relacionados ao evento. Mas isso não tem
341 prazo. Enquanto o evento existir, essa receita será captada
342 para o Fundo. Mas, como ainda não aconteceu o evento, a
343 gente vai ter uma expectativa para agosto, e saber mais ou
344 menos quanto é. Na reunião brinquei com os patrocinadores

345 do evento e disse: vai ser fácil, porque quando a imprensa
346 disser que foi 10.000, 20.000 ou 50.000 pessoas, vamos ter
347 uma noção, mais ou menos, dessa receita. **Dr. Anastácio**
348 **Marinho (PGE)**: Perfeito. Continua facultada a palavra. **Dr.**
349 **Galba Gomes (SESA)**: Eu não sei se é pertinente o que eu vou
350 colocar. Primeiro eu queria pedir desculpas por algumas
351 ausências nossas aqui em outros momentos, mas nós vamos ter
352 um eventual substituto para que nós não estejamos ausentes
353 em outros momentos. Porque a gente considera esse Conselho
354 de muita importância, tanto que por a gente não ser da área
355 e, o próprio nome direitos difusos as pessoas perguntam: O
356 que é isso? O que são direitos difusos? Começa que é um
357 termo que não é do conhecimento público e a gente tem que
358 explicar e explicar detalhadamente. Para as pessoas que são
359 do ramo é um termo usual sem grandes problemas. E eu estava
360 pensando aqui o seguinte: se não seria interessante
361 primeiro se fazer um trabalho de maior socialização do
362 papel desse Conselho na sociedade. Porque hoje a Promotoria
363 de uma forma geral ela tem muita respeitabilidade e
364 desenvolve uma expectativa muito positiva na população em
365 todos os sentidos, em todas as áreas. Então eu estava vendo
366 aqui que existem recursos e eu estava refletindo: primeiro
367 a gente procurar os órgãos de informação e fazer a
368 discussão. Existe na própria televisão local, na imprensa,
369 alguns fóruns ou conseguir alguns espaços na imprensa no
370 sentido de conseguir que essa questão seja discutida de
371 forma pedagógica para que as pessoas e a população de uma
372 maneira geral, entendam que existe esse Conselho. E
373 segundo, já que isso envolve as Organizações Não-
374 Governamentais chamadas ONG's e Associações de uma forma
375 geral, seria a gente fazer uma espécie de conferência, uma
376 audiência pública, quem sabe até na Assembléia, onde
377 houvesse uma maior divulgação da importância... Porque eu
378 estou muito menos preocupado no recurso, sabe Dr.
379 Anastácio. Recurso é importante, até porque nós jamais
380 teríamos a pretensão de querer suprir essas coisas que a
381 Dra. Sheila fala. Se a gente for ver as demandas do meio
382 ambiente elas são muito grandes. Mas é muito mais a gente
383 buscar através disso aí, o papel de se antecipar e de se
384 prevenir algumas questões. São reflexões rápidas que eu
385 queria fazer em relação ao assunto. **Dra. Sheila Pitombeira**
386 **(CAOMACE)**: É oportuno. A gente pode através da divulgação
387 da função institucional do Conselho, verificar. Pode ser

388 discutido agora ou em outra reunião. Por exemplo: nesse
389 Termo de Ajustamento de Conduta que a gente fez com o
390 FORTAL, eles deverão realizar ao longo de um ano, uma
391 campanha de mídia sobre questões ambientais, sobre os
392 diversos interesses como não jogar lixo no rio, no lago,
393 mas assuntos correlatos a essa questão. Então, aconselho a
394 divulgação da participação que a população, a coletividade
395 fique atenta, que existe um Conselho, e que quando for
396 impossível de o degradador recuperar esse espaço, informar
397 que existe uma fonte de receita e que a população deve
398 acompanhar a aplicação desses recursos, dessas receitas.
399 Talvez seja importante que divulgue. Então seria oportuno
400 que o Conselho deliberasse quais seriam as linhas que
401 gostaria que fossem divulgadas, porque a partir dessas
402 linhas, eu poderia encaminhar para a empresa para eles
403 fazerem uma inserção ou outra na divulgação de mídia a que
404 eles estão compromissados. **Dr. Galba Gomes (SESA):** E eu
405 esqueci só um ponto que eu acho que coloquei aqui e que eu
406 não falei. Por exemplo: poderia ser produzido um folder
407 explicativo do que é o Conselho dos Direitos Difusos. Uma
408 forma simples, um documento para ser distribuído nas
409 universidades, sindicatos, colégios, repartições públicas.
410 Acho que uma coisa mais sintética, uma coisa que seja
411 facilmente lida, explicando o que é isso e qual o seu
412 papel. Um folder com texto fácil para ser lido e entendido
413 por todas as pessoas. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):**
414 Talvez seja oportuno verificar junto ao Governo do Estado,
415 porque existem outros Fundos e outros Conselhos. Então,
416 talvez até uma informação didática e pontual sobre aquilo
417 que existe e qual a sua função, vocação, missão. Talvez
418 fosse até oportuno num folder colocar outros Conselhos para
419 que a população conhecesse. Aí a gente pode verificar como
420 fazer essa divulgação. Porque, na verdade, é isso que você
421 colocou mesmo, a população é muito desavisada e muito
422 desinformada sobre as estruturas de participação social
423 onde ela pode demandar, que ela pode participar, que ela
424 pode exigir, que ela pode fiscalizar. Eu não gosto muito de
425 folder, porque a pessoa ler naquele momento e joga no chão
426 e vai entupir as galerias. Mas talvez num foco mais
427 abrangente de esclarecimento, a gente pode até verificar
428 essa questão aí. Seria um momento oportuno de discutir. **Dr.**
429 **Anastácio Marinho (PGE):** Com certeza. Alguém mais tem
430 alguma consideração? **Dra. Anete Morel (SETUR):** Eu gostaria

431 de saber o seguinte: Qual o percentual, vamos supor que a
432 Secretaria do Turismo tivesse um projeto para apresentar
433 que é até o dia 30 de agosto. Qual é o limite de um
434 projeto? **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** É o Conselho
435 que vai deliberar. Porque a Secretaria tem que apresentar a
436 sua contrapartida, tem que verificar da viabilidade, da
437 importância e aí é o Conselho que vai deliberar. Vamos
438 supor que seja um projeto... **Dra. Anete Morel (SETUR):** Quer
439 dizer que não tem assim um limite específico? **Dra. Sheila**
440 **Pitombeira (CAOMACE):** O limite específico que tem é o da
441 receita do Fundo é nessa questão do reaparelhamento do
442 Ministério Público. As demais questões, o que a receita
443 comportar. É lógico, dentro da magnitude do projeto, a
444 importância, a repercussão difusa perante a coletividade.
445 Essas são as linhas que vão orientar a análise do Conselho.
446 **Dra. Anete Morel (SETUR):** Gostaria de falar e dizer que
447 concordo totalmente com o que o nosso colega da Secretaria
448 da Saúde falou. Eu até já tinha comentado na Secretaria que
449 ninguém sabe desse Conselho. Eu digo ninguém assim, a
450 população, a comunidade. Então, só quem sabe da existência
451 desse Conselho são os Órgãos e as pessoas que participam. A
452 própria SETUR, o próprio Órgão que a gente participa,
453 pergunta: O que é isso? E um dia desse eu saí para a última
454 reunião e fui tentar explicar o que era o Fundo, porque
455 ninguém sabe o que é isso. Então, eu concordo totalmente
456 com o colega da Secretaria da Saúde quando diz da
457 importância de se criar ou um folder, ou alguma coisa que a
458 população saiba mesmo o que é esse Fundo. **Dra. Sheila**
459 **Pitombeira (CAOMACE):** A gente pode antecipar e verificar.
460 Houve no ano passado uma ação que até o Dr. Anastácio pode
461 estar mais informado. Houve uma estruturação dos Conselhos
462 e Fundos Estaduais. Daí então, eu não sei como isso ficou
463 estratificado. No final pode ser feito nessa linha. Ver
464 junto ao Governo do Estado quais os que existem e daí
465 elencar para o público interno da própria administração.
466 **Dr. Galba Gomes (SESA):** Eu tenho a impressão de que reforça
467 ainda mais o fato de que existe de direito. Ele não pode
468 não estar montado... **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** Ele
469 existe de fato e de direito. Na verdade ele não está com o
470 quorum completo porque algumas... **Dr. Galba Gomes (SESA):**
471 Eu acho que reforça mais o fato de você dar o conhecimento,
472 porque vai despertar, e as pessoas vão ter conhecimento da
473 existência dele e vai exercer alguma motivação para que as

ATA DA 7ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 04 de julho de 2005

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

474 entidades participem. **Deputado Francisco Caminha (AL):**
475 Tenho uma sugestão, já que eu captei aqui o espírito do
476 nosso representante da Secretaria da Saúde e do Turismo.
477 Quando as três ONG's comporem o Fundo, podemos fazer um
478 evento, até para dar posse a essas três entidades, em
479 conjunto com todas as entidades do meio ambiente que têm e
480 possam ter interesse no relacionamento com o Fundo. Pode
481 ser feito na Assembléia Legislativa, que dá muita
482 visibilidade e chama a imprensa, convida todas as entidades
483 do Meio Ambiente, do Consumidor, o DECON que é fonte, que
484 participa também, os Órgãos Colegiados, isso num primeiro
485 momento. E outra forma também é motivar essas fontes
486 arrecadadoras para direcionarem as multas dos recursos para
487 o Fundo, como o Ministério Público está fazendo. **Dr.**
488 **Anastácio Marinho (PGE):** Ok. É uma sugestão que fica para
489 quando a gente for dar posse a essas entidades, fazer um
490 evento dessa natureza, para dar visibilidade geral ao
491 Conselho. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Uma boa idéia.
492 **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** Alguma consideração mais?
493 Então está encerrada a reunião. Obrigado a todos.

Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho
Presidente, em exercício do CEG/FDID

Márcia Moraes Ximenes Mendes
Conselheiro - SOMA

Rimena Alves Praciano
Conselheiro - SECULT

Anete Morel Souza Gonzaga
Conselheiro - SETUR

ATA DA 7ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 04 de julho de 2005

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

José Galba de Menezes Gomes
Conselheiro - **SESA**

Francisco José Caminha Almeida
Conselheiro - **AL**

Maria José Marinho da Fonseca
Conselheiro - **PMJA**

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheiro - **CAOMACE**

Liana Maria Machado de Souza
Conselheiro - **SEFAZ**

